

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO ESCOLAR

Andressa Aita **Ivo** – UFPel

Álvaro Moreira **Hypolito** – UFPel

Contextualização do tema

O atual cenário no qual estão inseridas as políticas públicas no Brasil nos remete a várias discussões, reflexões e estudos acerca do tema das políticas educativas e da gestão educacional. O Estado nas últimas décadas vem sendo reorganizado a partir de um discurso neoliberal, em sentido contrário ao Estado de Bem-estar social. Promove políticas de minimização da atuação do Estado nas políticas sociais e estabelece uma nova forma de organização e gestão do Estado por meio de um modelo de administração pública gerencial.

No campo educacional uma das estratégias do neoliberalismo está centrada em transferir a educação da esfera da política para a esfera da economia, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade, passando a educação de uma condição de serviço para a de mercadoria, conforme já assinalou Gentili (1996, p.20). Assim, pensar a educação como um direito garantido a todos os cidadãos brasileiros, como prevê nosso ordenamento jurídico, passa a ter um novo caráter, baseado na lógica neoliberal, regulada pelo mercado.

Nesse sentido, as preocupações com a educação no Brasil passaram nas últimas décadas a apresentar um novo caráter. Para enfrentar a chamada crise educacional, novas estratégias foram sendo estabelecidas, de maneira que o foco no campo educacional passou a ser com a qualidade de ensino na Educação Básica, a partir de um conceito específico de qualidade formulado pelo neoliberalismo e regulado pelo mercado.

A forte presença de agências internacionais, em especial do Banco Mundial, no âmbito das políticas educacionais, por intermédio de documentos e recomendações, demonstra quão submetidas as políticas públicas estão a esses órgãos no estabelecimento de novas formas de gestão e na definição das bases das reformas educacionais (BARRETO e LEHER, 2008).

No Brasil, tal fenômeno pode ser notado nos objetivos que norteiam as reformas educacionais implementadas por políticas neoliberais, com o propósito de estabelecer mecanismos de controle e avaliação dos serviços educacionais e com a implantação de modelos educacionais que respondam às necessidades estabelecidas pelo mercado.

Nesse cenário, com a reestruturação de sistemas educacionais estatais, a globalização, o redirecionamento da ênfase em administração e política para a ênfase em gestão impulsionam um Novo Gerencialismo e uma Nova Gestão Pública. Esse Novo Gerencialismo baseia-se teoricamente, por um lado, no modelo de gerencialismo empresarial e em estilos de gestão do setor privado e, por outro, na teoria da escolha pública e na nova economia institucional, de maneira mais notável na teoria da agência e na análise de custo de transações (PETERS; MARSHALL; FITZSIMONS, 2004, p. 77).

Ainda de acordo com os autores, a Nova Gestão Pública apresenta dentre outras as seguintes características: a separação institucional entre o órgão financiador e o provedor; uma distinção entre resultados e produtos; uma redução a relações múltiplas de responsabilidades e uma ênfase em recompensas e sanções econômicas. Como afirmam, o gerencialismo é um dos principais elementos em uma mudança para um discurso neoliberal das políticas educacionais.

Esse novo modelo de políticas públicas educacionais segue ainda a lógica da performatividade, a qual de acordo com Ball (2004) possui um papel fundamental nesse conjunto de políticas. Assim, conforme este autor a performatividade facilita o monitoramento do Estado, que passa a governar a distância. Por meio da performatividade, o Estado se insere nas culturas, práticas e subjetividades tanto nas instituições dos setores públicos, como dos trabalhadores, de tal modo que estes nem mesmo percebem.

A performatividade traz os conceitos de “resultado”, “níveis de desempenho”, “formas de qualidade”. E desta forma como afirma Boyles (*apud* BALL, 2004, p. 120), conseqüentemente, o ensino e a aprendizagem são reduzidos a processos de produção e de fornecimento que devem cumprir os objetivos de mercado de transferência eficiente e de controle de qualidade.

A educação escolar como um bem público que visa promover a cidadania, além de qualificar para o mundo do trabalho, sendo gratuita e obrigatória nos diferentes níveis de ensino, é delineada pelas políticas educacionais que regulamentam e regem

sua estruturação, como a Lei de Diretrizes e Bases, o Plano Nacional de Educação, Plano de Desenvolvimento da Educação, entre outros.

Nesse quadro normativo é que um modelo gerencial foi sendo construído nas políticas educacionais, com influência do neoliberalismo e de um modelo baseado na nova gestão pública. Este modelo pode ter influenciado a elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que foram construídos neste contexto.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em 9 de janeiro de 2001 como Lei nº 10172, realiza um diagnóstico da realidade do sistema educacional em todo território brasileiro, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, e estabelece algumas diretrizes e metas a serem cumpridas em um período de dez anos, caracterizando-se como uma política de Estado, mais permanente.

Já o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado ao país em abril de 2007 como um projeto federal, tem como objetivo maiores investimentos na educação básica, ensino superior e educação profissional. O plano conta com mais de 40 ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades. É um plano de governo que visa operacionalizar uma política de Estado, o PNE.

Assim, este estudo teve como objetivo analisar as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no contexto do PNE, relacionando-o com as políticas de educação neoliberais e suas repercussões em uma escola da rede pública estadual do município de Pelotas (RS).

A metodologia de abordagem qualitativa faz-se valer da análise documental do Plano Nacional da Educação (PNE) e principalmente do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), de observações em uma escola pública da rede estadual do município de Pelotas (RS) e de entrevistas com a professora desta instituição encarregada de coordenar a implantação dos projetos decorrentes das ações do PDE.

As políticas educacionais e o contexto social

Nesta seção são discutidas as formas como vêm sendo implementadas essas políticas educacionais no contexto brasileiro, a fim de compreender de que forma tais políticas estão inseridas no contexto neoliberal, em que o modelo gerencialista é

apresentado como o *modus operandi* da educação provida pelo Estado, servindo como fundamentação para o estudo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A compreensão das políticas educacionais, como parte do contexto social, permite-nos compreender que frequentemente as políticas estatais, ainda que formalmente identificadas com a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária, são efetivamente definidas pelas orientações do modelo socioeconômico. Nas últimas décadas do século XX, o Estado vem passando por profundas transformações sendo reorganizado e (re)contextualizado na tentativa de superar a crise do Estado de Bem-Estar Social, a partir de objetivos neoliberais. Obviamente, tais modificações têm repercussão nos diferentes contextos sociais e econômicos, com manifestações também no campo educacional.

Como é sabido, em 1990, realizou-se em Jomtien (Tailândia) a Conferência Mundial de Educação para Todos, financiada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e Banco Mundial. Com o objetivo de discutir propostas para que países considerados em desenvolvimento pudessem alçar melhores condições para implementação de sistemas educacionais de qualidade, participaram representantes de diversos países, agências internacionais, organismos não-governamentais, associações profissionais e personalidades destacadas no plano educacional de todo o mundo.

Ao final da conferência foram fixadas metas, nas quais os governos se comprometeram em assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos. O Brasil por ser um dos nove países com maior taxa de analfabetismo do mundo iniciou diversas ações para atingir os princípios acordados na Declaração de Jomtien. Naquele momento foi marcado para abril de 2000, em Dakar, um novo encontro para avaliação das ações que os países haviam conseguido efetivar desde então. O Plano Nacional de Educação é parte deste contexto e seu desenvolvimento foi orientado para atender essas demandas.

Plano Nacional de Desenvolvimento (PNE)

O Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, no dia 11 de fevereiro de 1998, a Mensagem 180/98, relativa ao projeto de lei que "Institui o Plano Nacional de Educação". Sua tramitação iniciou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei

nº4.173, de 1998, apensado ao PL nº4.155/98, em 13 de março de 1998. Sendo aprovado como Lei nº10.172 na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 9 de janeiro de 2001. O Plano teve como eixos norteadores, do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e a Emenda Constitucional nº 14, de 1995, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Há também uma articulação com realizações anteriores, em especial o Plano Decenal de Educação para Todos, o qual foi preparado a partir das recomendações da reunião organizada pela UNESCO em Jomtien, na Tailândia, em 1993.

O MEC afirma que para a elaboração da proposta do plano consultou várias entidades, destacando-se o Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED – e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.

O Plano Nacional da Educação (PNE), assim, surge com o intuito manifesto de tratar da educação em todo o território nacional nos seus diferentes níveis e modalidades. Em síntese, o Plano tem como objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2000).

Por fim, o Plano Nacional de Educação define as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação; as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação.

Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi apresentado ao país, em abril de 2007, pelo governo federal por meio do Ministro da Educação, Fernando Haddad.

Analisar o PDE é um desafio, tendo em vista, que são poucas as referências acerca do mesmo. Não existe nenhum documento legal que o embase, e a principal fonte de informações sobre o plano é o que está disponível no *site* do MEC.

Assim, o que se tem é um *link* que dá acesso a uma página na qual constam uma breve definição e informações gerais sobre o PDE, esta por sua vez permite a conexão a outra página na qual se encontram as ações do PDE. O mais próximo de um documento, pode ser considerado o livro do PDE¹, que dispõe sobre suas razões, princípios e programas.

Conforme Dutra (2007), o PDE foi construído a partir de uma série de decisões expressas nos Decretos nº 6.093 (dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, com o intuito da universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais), nº 6.094 (dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade), nº 6.095 (estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de instituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET) e nº 6.096 (institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI), todos publicados em 24 de abril de 2007. Fazem parte, ainda, três projetos de lei: o primeiro trata da regulamentação do art. 60, inciso III, alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; o segundo tem o objetivo de alterar a Lei nº 10.260 (Fundo de Financiamento Estudantil, de 12 de julho de 2001, ampliando o prazo de quitação das dívidas); e o terceiro estabelece novas normas para o estágio.

Esses atos surgem num momento em que o governo reconhece que existe uma grande desigualdade social no Brasil, e o PDE surge com a finalidade de enfrentar estruturalmente as desigualdades de oportunidades educacionais. Para tal, é necessário um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial, portanto, um enlace entre educação e desenvolvimento.

O PDE, nesse sentido, pretende avançar nas propostas previstas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), o qual apresenta um diagnóstico dos problemas educacionais, mas não propõe iniciativas que concretizem uma melhoria da qualidade da educação, em parte pela sua natureza menos operacional e mais direcional. O PDE, ao contrário, pretende operacionalizar políticas por meio de ações.

1 As informações referentes ao livro do PDE estão disponíveis no *site* do MEC, através do *link* que dá acesso as suas ações, já que, o livro é uma destas.

O PDE está estruturado em seis pilares: i) visão sistêmica da educação; ii) territorialidade; iii) desenvolvimento; iv) regime de colaboração; v) responsabilização; e vi) mobilização social. Seus programas podem ser organizados em torno de quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização (BRASIL, 2007b, p. 11 e p. 15).

O PDE compreende mais de 40 ações, as quais aparecem no *site* do MEC de forma individualizada, e não seguem uma ordem específica.

A educação básica foi contemplada com 24 ações: “FUNDEB”, “Transporte escolar”, “IDEB”, “Luz para Todos”, “Piso do Magistério”, “Formação”, “Biblioteca na Escola”, “Educação Profissional”, “Proinfância”, “Salas Multifuncionais”, “Censo pela Internet”, “Saúde nas Escolas”, “Olhar Brasil”, “Mais Educação”, “Educação Especial”, “Guia de Tecnologias”, “Coleção Educadores”, “Dinheiro na Escola”, “Inclusão Digital”, “Gosto de Ler”, “Livre do Analfabetismo”, “PDE Escola”, “Nova CAPES” e “Provinha Brasil”.

A educação superior foi contemplada com 5 ações: “Educação Superior”, “FIES”, “Pós-Doutorado”, “Professor equivalente” e “Acessibilidade”.

A educação profissional foi contemplada com 8 ações: “Incentivo à Ciência”, “Estágio”, “Proext”, “Prodocência”, “Concurso”, “Formação da Saúde”, “Leitura para Todos” e “Iniciação à Docência”.

Especificamente para a área da alfabetização foi lançada a ação “Brasil Alfabetizado”.

Dentre as mudanças trazidas pelo PDE, destaca-se a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006. O novo fundo, que atende toda a Educação Básica, da creche ao ensino médio, está em vigor desde janeiro de 2007 e previsto para se estender até 2021.

É fundamental ressaltar a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como eixo norteador do PDE na educação. O IDEB foi elaborado pelo MEC a partir de estudos realizados pelo INEP, para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos. Tomando como parâmetro o rendimento dos alunos (pontuação em exames padronizados obtida no final da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª do Ensino Médio, nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática) e os indicadores de fluxo (taxas de promoção, repetência e evasão escolar), é construída uma escala de 0 a 10,

tendo em vista a média de 6,0 – índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo. A partir deste índice, que serve como parâmetro para avaliar a situação de cada município brasileiro, dos resultados obtidos na Avaliação Nacional da Educação Básica, na Prova Brasil e no Censo Escolar, o governo pretende estabelecer políticas de atendimento às necessidades detectadas. Os municípios com desempenho aquém do esperado devem receber apoio técnico e recursos financeiros, desde que se comprometam formalmente a cumprir as metas estabelecidas.

Este é, resumidamente, o quadro de ações que estão planejadas pelo governo federal para compor o PDE. No que segue, apresentamos uma análise de algumas das ações do PDE que estão em desenvolvimento nas escolas.

Análise das ações em desenvolvimento na escola

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como já relatado anteriormente, é composto de mais de 40 ações, entretanto neste momento vamos nos deter apenas nas ações que já se fazem presente na Escola Vermelha – nome fictício dado à escola estadual estudada. Para embasar as ações referidas faremos uso das informações disponibilizadas no *site* do MEC.

O *INCENTIVO À CIÊNCIA* é uma ação criada a partir da Lei nº 11.487, de incentivo à ciência e tecnologia. O projeto prevê redução fiscal para empresas que investirem em projetos de inovação científica e tecnológica desenvolvidos por institutos públicos.

Esta ação já está sendo desenvolvida na escola, como atesta a professora: “(...) *a gente já tem a Votorantim, nós fizemos algumas atividades com eles, como seqüência didática, encontros para melhorar o planejamento em sala de aula. A Ecosul [empresa concessionária de rodovias federais na região] também já vai ser o segundo ano que a gente vai trabalhar com eles, a gente trabalha com as crianças sobre reciclar, fazer maquete, e o Itaú trouxe agora um projeto para cá, mas ainda não temos muita informação (...)*”. Esta ação nos ajuda a enxergar uma articulação clara do PDE com o que se convencionou chamar parceria público-privado, numa nítida tentativa de introduzir na escola ações ou parcerias que são muito mais reguladas pelo mercado do que pelos fins da educação pública. Não chega a ser uma privatização do setor público, mas uma relação de quase-mercado como denominam alguns autores (WHITTY, 1997;

BALL, 1994; 2004). É uma relação em que o setor público não é privatizado, mas a lógica de mercado é introduzida. Não há necessariamente uma obtenção de lucro direto do setor privado, mas este se promove como eficiente e desejável, enquanto o setor público reduz investimentos e se retira de suas obrigações, como é o caso de incentivo à Ciência e Tecnologia. No caso desta escola são ações ainda muito tímidas e descontínuas, porém de grande alarde e visibilidade para as empresas.

Através da Lei nº 11.738/2008 ficou definido que os professores da educação básica pública dos estados, municípios, do Distrito Federal e da União serão beneficiados com a entrada em vigor do *PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO*, de R\$ 950,00. Os prefeitos e governadores terão o prazo de julho de 2008 a janeiro de 2010 para promoverem ajustes na estrutura administrativa, com o intuito de assim conseguirem pagar o valor total do piso.

No caso do Rio Grande do Sul já esta havendo algumas manifestações por parte do governo estadual sobre o pagamento do piso, como podemos observar na fala da professora “(...) a governadora já se manifestou dizendo que vai pagar, mas o problema segundo ela é quando tiver hora atividade que daí ela teria que contratar mais professores”. Neste momento o governo do RS, juntamente com outros governos estaduais, todos vinculados a uma linha política que apoiou incondicionalmente as políticas neoliberais nos últimos anos, impetraram uma ação de inconstitucionalidade para não implantar o piso salarial, pelo menos na forma como está previsto em lei. Um dos aspectos questionados relaciona-se com as condições de trabalho, por exemplo, percentual de horas destinadas ao preparo e planejamento, sob o argumento da insuficiência de recursos do estado. Isso demonstra que não há perspectiva a curto prazo de que o estado recupere sua capacidade de investimento em educação, pois esta não parece ser a prioridade. Este é um processo que se avizinha como de muita luta por parte dos professores para garantir a conquista obtida.

Através das novas normas de *ESTÁGIO* trazidas pelo PDE, pretende-se beneficiar os estudantes de instituições de ensino superior, profissional e de ensino médio. A perspectiva do Ministério da Educação em relação a estas mudanças, é que o estágio se efetive como ato educativo supervisionado.

E estas mudanças já podem começar a ser percebidas nas escolas, como afirma a professora: “(...) com a legislação do estágio muita coisa tem alterado, antes o pessoal chegava aqui só com autorização da escola e já tava dando aula, agora não, tem que ter autorização da CRE, um seguro da Universidade, entre outras coisas (...)”.

O novo censo escolar, o *EDUCACENSO*, traz inovações para a coleta de dados na escola, com o lançamento dos dados feito pela internet, e novos tipos de dados serão solicitados. Será feito um levantamento de dados individualizados, de cada aluno, professor, turma e escola do país, tanto da rede pública (federais, estaduais e municipais), como da rede privada. O *EDUCACENSO* está sendo bem recebido pela escola, como relata a professora: “(...) *no começo era um problema porque a escola não tinha internet, mas agora que já tem internet, melhorou mil por cento, ele é bem claro, é real, acaba o aluno fantasma, não vai mais existir falha, a escola vai ter que estar com tudo sempre atualizado, é bem certinho, uma maravilha (...)*”.

Esta ação embora seja mais antiga, mostra que a escola tem dificuldades para trabalhar em termos de equipamento e tecnologia. Também pode ser notado que o *EDUCACENSO* está na lógica de um somatório de dados sobre a escola e a educação que têm servido para a orientação das políticas de governo, mas pouco servem para uma utilização pela própria escola, para análise de sua própria avaliação ou planejamento. Assim como não tem trazido a tão propalada qualidade e eficiência prometida pelo gerencialismo. É óbvio que esses dados são importantes e seriam muito úteis tanto para a definição de políticas sociais como de planejamento da própria escola, o que não ocorre.

O *GUIA DE TECNOLOGIAS* visa orientar os gestores na hora de escolher tecnologias capazes de melhorar a qualidade do ensino e do aprendizado. Esta ação já está muito presente nas escolas, como relata a professora: “(...) *práticas para reforçar a Educação Básica, também a gente recebe direto, vem, vem, material, vem todas as revistas possíveis, dicas, olimpíadas, sempre tá chegando material, mesmo os da Votorantim, seqüência didática, da Ecosul sobre reciclagem, meio ambiente, ou então de tecnologia, a aula com informática vem com idéias de como usar o computador, sugestões (...)*”.

O problema que fica mais evidente neste caso é que há um estímulo ao uso de tecnologias e ao ensino com uso de equipamentos avançados, no entanto fica muito difícil avaliar quão efetiva ou quão meramente discursiva é este tipo de ação, já que computadores e equipamentos estão prometidos à escola há bastante tempo e muitos programas são anunciados, mas concretamente os equipamentos disponíveis são destinados para a administração e secretaria. Recentemente, como pode ser visto adiante, a escola recebeu um laboratório de informática.

A ação do *DINHEIRO NA ESCOLA* estabelece que as transferências de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), serão acrescidas de uma parcela extra de 50%, a título de incentivo. As escolas só receberão esse benefício se cumprirem com as metas intermediárias do IDEB, estipuladas pelo Inep até 2022.

Esta ação também já chegou à escola, como afirma a professora “(*...*) *o dinheiro na escola já veio, vem uma verba direta para a escola no final do ano e este do PDE Escola que veio no mês passado (...)*”.

Os programas de descentralização, inclusive financeira, têm sido amplamente discutidos na literatura e analisados como parte da orientação neoliberal, que indica uma ação de maior autonomia – bastante desejável em muitos aspectos – mas que, na realidade, é parte de um processo de desresponsabilização do estado com a educação pública. Fica difícil, neste caso, avaliar se há ganhos efetivos para a escola – aparentemente há e a escola consegue resolver pequenos problemas cotidianos que aliviam a pressão diária para o administrador local –, pois não há como medir quanto o estado está deixando de investir a mais já que a situação de penúria é tanta que qualquer pequeno valor parece ser muito. O certo é que há um consenso na literatura crítica de que este tipo de ação faz parte de um conjunto de políticas mais amplas de transferência do serviço e das responsabilidades sem a correspondente transferência de recursos. Assim como fica claro a vinculação da transferência de recursos com metas de avaliação e controle que regulam a escola desde longe.

A ação de *INCLUSÃO DIGITAL* tem o objetivo de proporcionar laboratórios de informática a todas as escolas públicas.

O laboratório de informática já chegou à escola, e a ação está sendo muito bem recebida pelos professores, como relata a professora: “(*...*) *a gente já recebeu o laboratório, só ainda não está em funcionamento porque a gente ainda está fazendo os cursos de capacitação, mas só falta instalar a internet, e o bom deste trabalho é que não é como era antes, que era tudo solto, agora tem uma empresa que vem instalar, não é aquela coisa jogada, amanhã é o último dia de dez encontros que a gente teve de capacitação e daí começa outro grupo de professores (...)*”.

Embora esta seja uma política desejável, a inclusão digital é mais do que a aquisição de um laboratório. O relato acima demonstra a fragilidade da escola em termos de manuseio e manutenção dos equipamentos. Os docentes são, pelo descrito, usuários iniciantes, o que é um indicador de que quaisquer problemas técnicos que surgirem, tanto em termos de equipamento quanto de ensino, a escola dependerá de uma

empresa ou de técnicos supervisores, pois nem a escola nem o próprio estado possuem tal agilidade de ação e são dependentes da prestação de serviços.

O *PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA* (PDE-Escola) tem como objetivo melhorar a qualidade do ensino de 9.861 escolas municipais e estaduais, identificadas como de atendimento prioritário, localizadas em 2.574 municípios do Brasil. O Ministério da Educação liberou R\$ 300 milhões para reforçar a autonomia de gestão das escolas, a partir do diagnóstico das dificuldades de cada uma e de um plano de gestão, a fim de assegurar o direito de aprender de cada criança.

Junto com a inclusão digital, o PDE Escola foi a ação que teve maior interação com a escola, já que esta ação estabelece a construção de um planejamento estratégico da escola por parte de seus gestores e do corpo docente. Isso pode ser observado na fala da professora: “(...) esse foi o que nós fizemos, nós elaboramos um plano de ação, já veio o dinheiro e agora a gente tá vendo como vai utilizar, porque no final vai ter uma avaliação para ver se os índices melhoraram, a nossa escola foi selecionada em função do Ideb, as escolas com menores índices foram selecionadas, e depois a gente fez curso de capacitação e depois elaboramos o plano e agora veio o dinheiro (...)”.

É preciso esclarecer que tem havido uma confusão em função das siglas: o que a escola reconhece hoje como PDE é o Plano de Desenvolvimento da Escola, o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação –, como um programa mais amplo de políticas educacionais é pouco reconhecido e identificado. O PDE que a escola participa é fruto dos resultados escolares medidos pelo IDEB. Este programa é baseado em medições avaliativas típicas do modelo gerencialista, baseado em dados de avaliação quantitativos descontextualizados da realidade social, econômica e cultural dos estudantes, organizados a partir de exames padronizados, com um viés economicista, que segue políticas internacionais de avaliação de desempenho.

A mesma lógica está presente no programa *PROVINHA BRASIL*, que foi criada em 24 de abril de 2007, a partir da Portaria Normativa nº 10. Trata-se de um instrumento de aferição do desempenho escolar implantado nos municípios e no Distrito Federal. Participam da provinha as crianças de seis a oito anos de idade. Com a Provinha, o MEC verifica se os alunos da rede pública são efetivamente alfabetizados aos oito anos. E conforme a professora a escola já realiza a Provinha Brasil.

Assim, a partir do que já foi relatado podemos perceber que algumas ações do PDE já estão presentes no âmbito escolar, ou estão sendo implementadas. Entretanto,

parece necessário que seja revista a maneira como as ações estão chegando até a escola e o conhecimento que a comunidade escolar possui acerca do PDE.

Nesta perspectiva, nos remetemos à fala da professora: “(...) não veio material específico sobre o que é o PDE, claro que a gente sabe que algumas coisas são do PDE como, por exemplo, o censo a gente sabe por que veio, tudo bem explicado, as coisas que mudaram, porque mudaram, essas informações chegaram, mas quanto ao restante, o material chega mas não se sabe ligado a que ação está (...)”.

A fala da professora denuncia a falta de informações sobre o PDE, fato esse que nos causa surpresa, visto que uma de suas ações é justamente um livro informativo sobre o PDE. Como não ocorreu nenhuma apresentação do Plano diretamente para as escolas, seria fundamental que o livro fosse à primeira ação a chegar, pois, desta maneira os professores poderiam ter ao menos um conhecimento básico a respeito do PDE e de suas ações.

Considerações finais

A partir do que foi relatado até aqui, cada vez mais podemos perceber o novo cenário no qual as políticas públicas educacionais estão inseridas, de modo que não podemos receber tais políticas de maneira ingênua como se fossem ações muito desejáveis e positivas para solucionar todas os males da educação.

Tendo em vista as últimas políticas educacionais implementadas no Brasil, podemos observar uma relação de influência do discurso neoliberal. Em especial no Plano Nacional da Educação (PNE) e no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Quando confrontamos o PNE e o PDE, é possível observar algumas singularidades em ambos os planos, contudo, o segundo na realidade não se trata de um plano, mas sim de uma série de ações e estratégias com o intuito de alcançar os objetivos e metas traçados pelo primeiro. O primeiro é um projeto de Estado e o segundo é um plano de governo. Esta distinção é crucial para se avaliar um e outro. Entretanto, Saviani (2007) já havia apontado que o PDE, na realidade, não parte do diagnóstico, das diretrizes e dos objetivos e metas constitutivas do PNE, estando suas ações desarticuladas organicamente.

As ações previstas pelo PDE não estão diretamente relacionadas com as metas estabelecidas pelo PNE, as ações poderão auxiliar no cumprimento de algumas metas, porém, a maioria das metas elaboradas pelo PNE não são levadas em conta, o que nos

permite concluir que o PDE foi elaborado paralelamente ao PNE, sem tomá-lo necessariamente em consideração.

Ao analisarmos o PDE exclusivamente, observa-se a fragmentação do programa, visto que, as ações são independentes umas das outras, não havendo comunicação entre estas. A não ser no que diz respeito ao IDEB, o qual serve de eixo norteador do programa, fazendo com que grande parte das ações voltadas para educação básica estejam diretamente vinculadas a este. Podemos observar, não só, mas em especial através do IDEB o caráter performático do plano, a implementação do Novo Gerencialismo e da Nova Gestão Pública.

Performático seguindo a lógica de que a partir dos índices das escolas, estas são chamadas a participar de algumas ações, porém com a obrigação de melhorar seus índices anteriores, o que demonstra uma forma de regulação e monitoramento a distância pelo Estado, promovendo uma preocupação da escola com os “resultados”, “níveis de desempenho” e “formas de qualidade”.

O novo Gerencialismo e a Nova Gestão Pública evidenciam-se mais diretamente no IDEB, através da busca constante da escola pela melhoria da qualidade de ensino, seguida de estratégias “eficientes” que visam garantir um melhor desempenho, por parte da comunidade escolar. As instituições educativas ficam, nesse modelo, submetidas a exigências do mercado, tipo produtividade, eficiência e controle de qualidade.

O PDE caracteriza-se ainda pela descentralização do poder do Estado e a promoção de autonomia à escola, entretanto, tal fenômeno está submetido a uma vigilância do Estado através de sistemas de avaliação. Este novo mecanismo de controle estabelece parâmetros centrais para a Educação Básica e Ensino Superior.

Segundo Martins (2002) ressalta, a lógica das diretrizes das agências internacionais sobre as reformas educacionais aponta, por um lado, para uma descentralização, como eixo da democratização da gestão dos sistemas de ensino e da escola, e, por outro, para uma centralização nas questões que envolvem o controle sobre o conteúdo e de poder, como os processos de avaliação e as políticas curriculares.

Apesar de o PDE ter sido lançado há mais de um ano e da presença exaustiva na mídia, ainda é muito grande a falta de informação acerca do plano em todo o sistema de ensino. Este fato foi vivenciado na realização deste estudo, pois desde o início da coleta de informações sobre o PDE o primeiro local a ser contatado foi o órgão coordenador da educação estadual na região. E para nossa surpresa a única pessoa encarregada de desenvolver atividades relativas ao PDE, possuía informações mínimas a respeito deste,

não sabendo diferenciá-lo do Plano de Desenvolvimento da Escola e tampouco mostrava conhecimento sobre as escolas envolvidas.

Na escola estudada era a mesma situação, uma contínua desinformação sobre o PDE. Tudo indica que, em momento algum, houve uma preocupação por parte do MEC em apresentar o plano para as entidades educacionais. Assim, apesar de algumas ações chegarem à escola, esta não as identifica com o PDE, como salienta a própria professora em uma de suas falas: “(...) olha a sensação que a gente tem aqui na escola é que as coisas estão acontecendo, só não se sabe de onde estão partindo (...)”.

Assim, mais uma vez percebemos o quanto as políticas públicas são aparentemente inoperantes, e talvez, por esta razão muitas vezes ineficazes, já que quando formuladas não existe uma preocupação com a efetividade das mesmas. Isso faz com que a política não passe de texto e discurso. Por um lado, esta parece ser uma estratégia do poder de traçar ações dispersas nas quais não se consegue localizar a lógica central que as caracteriza, dificultando assim uma compreensão maior e as lutas de resistência a elas. Por outro, o estado vê-se também enfraquecido pois não há garantias de sucesso. A educação é uma arena de luta, de conflitos, é um terreno contestado.

O PDE apresenta-se como um plano capaz de solucionar os problemas educacionais, promete um “salto” na qualidade da Educação Básica e Superior, entre tantas outras mudanças nos sistemas de ensino. Porém, ao realizarmos uma análise mais detida ficam evidentes as inúmeras fragilidades do plano, como a completa desarticulação com as escolas, a falta de informações, a presença constante de elementos discursivos neoliberais, entre outros como já foi anteriormente destacado.

Resta dizer que este estudo não busca findar a temática, mas promover reflexões e discussões acerca das políticas educacionais e do novo cenário no qual estão se constituindo. Qualquer política educacional que não tenha o professorado como interlocutor está fadada ao fracasso e essas políticas indicam que este erro vem sendo cometido grosseiramente.

REFERÊNCIAS

BALL, S.J. *Education Reform: a Critical and Post-structural Approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S.J. Performatividade, Privatização e o Pós-Estado do Bem-Estar. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set./Dez. 2004.

BARRETO, Raquel G. e LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p.423-36, set./dez. 2008.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação (PNE)**. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 2008

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. 2008 a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/default.html>. Acesso em: 2008.

BRASIL. **Livro do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. 2008 b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>. Acesso em: 2008

DUTRA, C. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. Texto não publicado, 2008.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário In: GENTILI, P. e SILVA, T.T. (Orgs.). **Escola S. A. quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo**. Brasília – D.F.: CNTE, p. 9-49, 1996.

MARTINS, A.M. **Autonomia da escola: a (ex)ensão do tema nas políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

PETERS, M.; MARSHALL, J.; FITZSIMONS, P. Gerencialismo e Política Educacional em um contexto global: Foucault, neoliberalismo, e a doutrina da auto-administração. In: Burbules, N. e Torres, C. A (eds.) **Globalização e Educação – perspectivas críticas**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

SAVIANE, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

WHITTY, G. Creating Quase-Markets in Education: A review of recent research on parental choice and school autonomy in three countries. In: Apple, M. (ed). **Review of Research in Education**. n.22, Washington: AERA, 1997.